

Além da “anatomia de um massacre”, o historiador de origem moçambicana Mustafah Dhada quis mostrar no seu novo livro como viviam as pessoas de Wiriamu. Diz que é “uma oportunidade” para “o povo português” saber o que aconteceu e para o Estado português reconhecer publicamente o que se passou

Wiriamu

Catarina Gomes

É tão pouco dizer que Mustafah Dhada é o nome de um historiador nascido em Moçambique e que o massacre de Wiriamu é o objecto de estudo sobre o qual escreveu um livro que foi lançado na semana passada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Dizer apenas isso esconde o facto de este professor catedrático de História da California State University ter passado quase um ano no terreno a reconstituir o massacre de pelo menos 385 pessoas e de, por causa do trabalho de campo, ter tido manifestações de perturbação de stress pós-traumático. Viu-se obrigado a receber ajuda psicológica e, ainda hoje, lhe custa estar como agora, “sem uma parede atrás”. Diz: “Sinto-me desconfortável, desprotegido. Ou então quando oiço gritos de crianças e pessoas a chorar. Tenho de me afastar.”

Depois de acabar de escrever o capítulo onde tentou reconstituir como era a vida das cinco aldeias afectadas antes do massacre, teve um ataque cardíaco. “O meu cardiologista aconselhou-me a escrever sobre coisas mais felizes”, diz

a sorrir. Mais de 40 anos depois de, em Londres, se ter cruzado com um jovem jornalista inglês, Peter Pringle, que viria a dar a conhecer ao mundo a história do massacre num artigo do jornal *The Times*, concretizou a missão de uma vida – acaba de lançar um livro que considera ser “razoavelmente definitivo”: *The Portuguese Massacre of Wiriyamu in Colonial Mozambique, 1964-2013* (editado pela Bloomsbury), e que espera venha a ser traduzido para português.

O prefácio é do jornalista inglês, que escreveu o artigo nas vésperas da visita do então chefe de Governo Marcello Caetano a Londres, acabando por contribuir para a contestação e queda do regime, afirma. A história foi inicialmente denunciada por missionários estrangeiros a trabalhar na área de Wiriamu.

Dhada diz que escreveu este livro “para o povo português, para os seus políticos”, na esperança de que se venha a dizer no Parlamento português e a deixar escrito num documento oficial: Wiriamu existiu, na manhã de 16 de Dezembro de 1972 houve tropas portuguesas que, a mando do Estado português, mataram pelo menos 385 pessoas que ele se esforçou por nomear, ficando por contabilizar os que foram mortos na “limpeza” dos três dias seguintes e durante os interrogatórios.

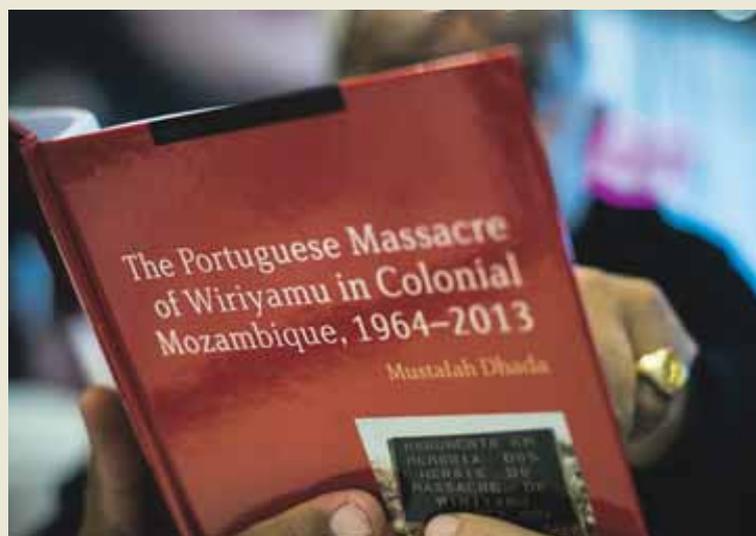
A sua investigação de décadas pro-

a vida antes e durante o massacre

vou que este não foi “um acto de excesso de poder de alguns indivíduos, foi feito em obediência a ordens de um regime e do Estado português. Este massacre foi planeado e executado como planeado”. Não pode, portanto, ser comparado, por exemplo, com um massacre como de My Lai, na guerra do Vietname, que “não foi autorizado pelas altas esferas militares [americanas]”.

O professor de História Mundial e Estudos Africanos, radicado nos Estados Unidos há mais de 20 anos, diz ainda que, no regime colonial português, Wiriamu pode parecer excepcional no regime colonial português, mas não foi. Antes deste houve outros massacres, em Moçambique fala do de Mucumbura, depois dele no de Inhambinga, a que ele chama “o último banho de sangue antes da saída [dos portugueses]. Morreram 200 aldeões, alguns pendurados pelos pés durante os interrogatórios, outros foram vítimas de tortura”.

Mustafah Dhada, nascido em Moçambique, soube do massacre de Wiriamu da mesma forma que o resto do mundo, lendo o *The Times* de 10 de Julho de 1973. Lembra-se bem, eram 9h30, quando um colega lhe passou o jornal para as mãos. Tinha 22 anos, estava a estudar em Londres, tinha saído de Moçambique em 1964 depois de ter sido classificado pelas autoridades portuguesas como





“não assimilado”. De uma família pobre, o pai era mecânico. No seu país conta que conseguiu estudar da única forma disponível na Moçambique portuguesa, num seminário católico, onde ele e um outro rapaz negro eram os únicos não brancos.

Em Londres, onde chegou apenas a saber falar português e francês, leu o artigo e pensou como a vida em Wiriamu deveria ser tão parecida com a de Búzi, a sua aldeia, e como Wiriamu podia ter sido Búzi. À distância, protegido, sentiu culpa e responsabilidade. Prometeu que se haveria de doutorar na Universidade de Oxford e a sua tese haveria de ser sobre Wiriamu. Não foi assim. Haveria de fazer a sua tese em Oxford em 1987, mas seria sobre Amílcar Cabral e a guerra da libertação da Guiné-Bissau.

Dhada foi publicando vários artigos sobre o massacre em revistas de História, teve uma bolsa Fullbright para fazer o trabalho no terreno, e o livro sai agora. Escreveu-o e reescreveu-o “65 vezes”. Diz que hoje leu um parágrafo e sentiu: “Sim, concordo, este é o melhor trabalho que eu consigo fazer.”

O capítulo em que recria o que era a vida nas aldeias é, neste livro de História, o mais lírico, quase poético. O historiador diz que não era suficiente escrever “a anatomia do massacre”, porque até hoje o grande ponto de contestação foi a própria

existência de Wiriamu e Dhada nota que ainda há académicos portugueses a dizerem que era tão insignificante que nem sequer constava dos mapas. A sua investigação concluiu que as tropas portuguesas dizimaram um terço dos 1350 habitantes de cinco povoações (Wiriamu, Djemusse, Riachu, Juawu e Chaworha) integradas numa área que ele chama “triângulo de Wiriamu”, que tem 40 povoações, e que foram afectadas 216 famílias.

Sentiu que, para se falar do massacre, era preciso fazer sentir a quem lê o pulsar, era preciso humanizar o local, que tinha uma vida rica. Quis que fosse possível imaginar estas pessoas a viver ali, dizendo que havia um campo de futebol, que se vivia do cultivo de pequenas hortas, mas que a grande fonte de riqueza era a criação de cabras e vacas, que era uma zona de rios e ribeiras, que se dançava para celebrar a chegada das chuvas, para acolher visitantes, para cerimónias fúnebres e que o chefe era um ancião de seu nome Tenente Valeta, um dos nomes que ele salva do esquecimento. “Os mortos não devem ficar numa vala comum, devem ter uma vala numa biblioteca do mundo onde as suas almas ficam guardadas em palavras indeléveis.”

As suas fontes históricas incluíram sobreviventes, mas também um dos protagonistas das tropas portu-
sas, o ex-alferes Antonino Melo, um chefe acidental que substituiu o verdadeiro comandante da 6.ª Companhia de Comandos, que nesse dia ficou doente, acabando por ficar como rosto de uma operação que envolveu também a PIDE/DGS, o Batalhão de Caçadores 17 e a Força Aérea Portuguesa, escreve.

Do lado errado da barricada
É surpreendente ouvi-lo dizer que este homem, que neste dia estava do lado errado da barricada, que participou activamente na mortandade, junto de cubatas com pessoas a serem queimadas vidas, é “uma pessoa formidável”, e acabou por se tornar, ao longo da sua longa investigação, “um amigo”. No meio do horror este militar teve o que Dhada chama “*flashes* de compaixão”.

O historiador lembra que, nessa manhã, o ex-alferes olhou para baixo e viu agarrado à sua perna uma menina com menos de 10 anos, pediu para irem tirar a sua mãe à cubata e mandou-as fugir. Essa menina, que agora é adulta, pediu que agradecessem ao militar português por lhes ter salvo a vida. “Quando lhe dissemos isto, ele ficou silencioso.”

“Não podemos julgar um homem de 20 e tal anos, treinado para organizar ‘uma limpeza’, que no meio de tudo aquilo tem manifestações de humanidade e compaixão. É uma con-

tradição? A vida é uma soma de contradições.” Ele não impediu o massacre, não o podia fazer, diz. “Uma vez por todas temos de parar de apontar o dedo a pessoas. A nação-Estado deve assumir colectivamente o que foi feito. O Governo português até hoje não admitiu publicamente que isto aconteceu.” E lembra que os alemães, os belgas e os franceses pediram publicamente desculpa por massacres sob o seu domínio.

“O que eu exijo não são desculpas, é o reconhecimento.” Quer dar “a oportunidade aos portugueses de lerem o livro e aos governantes a coragem de assumir publicamente o que foi feito”.

Para o ano, o investigador conta publicar um segundo livro, que já não é a História como ele a faz, são os relatos de 36 sobreviventes na primeira pessoa, pessoas que sobreviveram por acaso. Como António Ximone, o rapaz de 15 anos que contou a história ao *The Times*, que conseguiu fugir de uma pira funerária de corpos a arder, assim como o seu irmão de quatro anos, Domingo, e mais quatro pessoas; os pais e vários dos seus familiares foram mortos.

Na povoação de Djemusse, os Comandos formaram uma fila indiana e começaram a disparar, dizendo-lhes que tentassem evitar as balas. Foi ateadada fogo a uma palhota, mas, em vez de chamas, houve fumo que

escondeu a fuga de três das pessoas que também ficaram para contar a história.

Mas talvez uma das histórias que mais o marcaram não é tão trágica, tem condimentos cómicos, elementos de mistério. É a história de um homem, Kalifornia Kaniveti, que conseguiu fugir a correr, com uma filha debaixo de um braço, um filho debaixo do outro, e um cabrito ao pescoço e que, em fuga, ouve um helicóptero português a sobrevoá-lo. O piloto não dispara, não o mata. “É uma cena de filme.”

Kaniveti pensa que este homem português decidiu poupá-lo, chama-lhe “ave da misericórdia”. Não há forma de confirmar as verdadeiras intenções do homem que nunca foi identificado. Mustafah não está tão convencido da bondade do piloto, pois os militares tinham sido instruídos para orientar os sobreviventes para um local e depois matá-los. Mas quem é ele para contrariar este homem e o seu piloto “salvador”? A sua história vai ser contada no livro como ele a reteve.

A missão do historiador Mustafah em Wiriamu está cumprida. O seu dia-a-dia é agora feito de estratégias de autoprotecção psicológica. “Faço ioga, pratico exercício físico, cultivo a alegria, a boa vida”, tudo medidas para se proteger “dos sonhos de Wiriamu”.